



Plenário deve analisar novas regras de prescrição de crimes

Do senador Alvaro Dias, projeto tem o mesmo teor de texto encaminhado ao Senado pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli. Objetivo é combater a impunidade

O Plenário pode analisar hoje projeto do senador Alvaro Dias que dificulta a prescrição de penas. A proposta muda o Código Penal para que o prazo de prescrição comece a contar a partir do dia em que a condenação transitar em julgado, evitando que o excesso de recursos livre o condenado da punição.

O texto é similar ao encaminhado na semana passada ao Senado pelo presidente do Supremo, Dias Toffoli.

Também está na pauta, em regime de urgência, substitutivo do senador Flávio Arns a projeto que classifica a visão monocular como deficiência visual e assegura à pessoa que enxerga com apenas um olho os mesmos direitos e benefícios garantidos à pessoa com deficiência. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 1/10/2019

Os senadores também podem analisar, em regime de urgência, substitutivo de Flávio Arns a projeto que classifica visão monocular como deficiência visual

Debate aponta incerteza jurídica sobre PEC Paralela

O fato de a PEC Paralela da Previdência alterar dispositivos aprovados em uma outra PEC, a da reforma, que ainda não foi promulgada,

deve gerar questionamentos na Justiça, segundo os participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos. Eles disseram que a

vinculação dos municípios, caso o estado decida por aderir às regras adotadas pela União, também pode causar insegurança jurídica. **3**



Paulo Paim (2º à dir.) preside debate com especialistas em Previdência e trabalhadores em condições insalubres

Fundador do blog Terça Livre fala hoje à CPI das Fake News **2**

Relatório sobre publicação de balanços pode ser votado **4**

Bolsonaro entrega hoje a Davi propostas da área econômica

O presidente Jair Bolsonaro deve entregar hoje ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pacote de propostas elaboradas pela equipe econômica do governo. São esperadas três PECs. Uma das propostas altera a chamada regra de ouro, instrumento que

proíbe o endividamento público pela União para pagar despesas correntes. Também devem participar os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O teor completo das propostas será detalhado em coletiva após a entrega. **3**



Carolina Antunes/PR

Davi receberá de Bolsonaro três propostas que alteram a Constituição

Future-se fere autonomia das universidades, dizem debatedores

Em audiência ontem na Comissão de Educação, representantes das universidades disseram que o programa do Ministério da Educação não vai resolver o problema financeiro das instituições, não estimula a produção científica e ainda compromete a autonomia. **4**

Estudo sobre liberdade de imprensa no Brasil gera polêmica

Avaliação que será apresentada pelo presidente do Conselho de Comunicação Social, Murillo Aragão, sobre liberdade de imprensa no Brasil provocou polêmica em reunião ontem. Aragão disse haver “hegemonia esquerdista” nas redações dos veículos de comunicação. **2**

Eduardo Braga adia apresentação de texto sobre periculosidade

Eduardo Braga disse que pretende analisar com calma o projeto que regulamenta a aposentadoria por periculosidade. O texto foi enviado pelo governo na quarta-feira, como parte do acordo para a aprovação da reforma da Previdência, e será assinado pelo senador. **3**

Texto sobre “esquerdismo” em redações gera polêmica

Avaliação consta de estudo do presidente do Conselho de Comunicação Social, Murillo Aragão, e foi contestada por integrantes do órgão. Outra análise, da Fenaj, aponta ataques do governo a jornalistas

O PRESIDENTE DO Conselho de Comunicação Social (CCS), Murillo Aragão, informou que está finalizando e deve entregar nos próximos dias um estudo sobre liberdade de imprensa no Brasil, solicitado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA). Aragão apontou a “hegemonia esquerdista” nas redações dos veículos de comunicação como um dos fatores que historicamente comprometeram uma abordagem mais ampla de temas públicos.

A visão de Aragão foi contestada pela presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga. Segundo ela, as linhas editoriais dos veículos de comunicação brasileiros “são dadas pelos empresários que controlam os meios”. O jornalista Davi Emerich, do CCS, disse que a cobertura econômica é “monocórdica”, priorizando interesses dos bancos.

Aragão disse ter feito uma abordagem histórica calcada



Presidente do órgão, Aragão disse que estudo é calcado no pluralismo

no pluralismo. E que, quando fala em esquerdismo, se refere mais à linha norte-americana, do “liberal de esquerda”, que a seu ver também predomina na mídia dos EUA.

— Querer negar que as redações brasileiras são influenciadas pelo esquerdismo desde a década de 1930 não é nem querer tapar o Sol com a peneira, é não querer reconhecer o Sol — afirmou.

Maria José também apresentou um estudo feito pela Fenaj, segundo o qual o presidente Jair Bolsonaro já realizou, des-

de a posse, 99 ataques diretos a jornalistas ou à forma como os trabalhos da imprensa são conduzidos pelos profissionais no país. Ela ressaltou que o levantamento foi criterioso.

— Só em outubro, o presidente realizou 13 ataques pessoais contra jornalistas ou à forma como o jornalismo é feito no país. Fizemos questão de separar o que são críticas conceituais e o que se configura simplesmente como agressão. Os principais alvos são o grupo Globo e os jornais *Folha de S. Paulo* e *Valor Econômico*.

Kajuru comemora lei que cria política de prevenção do diabetes

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) comemorou ontem a sanção da Lei 13.895, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética. A lei entrou em vigor no dia 30 de outubro.

Diabético, Kajuru disse que a lei vai estimular campanhas para conscientizar as pessoas sobre a importância de medir o nível glicêmico e, se for o caso, controlá-lo.

— Diabetes pode desenvolver complicações as mais variadas em pacientes sem tratamento digno, como cegueira, hipoglicemia, insuficiência renal, impotência — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reguffe quer inclusão de escola e posto de saúde em plano diretor

A aprovação do projeto que obriga os planos diretores a localizar os equipamentos urbanos e comunitários necessários à execução das políticas setoriais de educação e saúde foi comemorada por Reguffe (Podemos-DF). O PLS 667/2015 seguiu para a Câmara dos Deputados.

O senador disse que, muitas vezes, a expansão urbana acontece desordenadamente, levando em consideração os interesses comerciais e não a qualidade de vida. Por isso, é preciso garantir em documento as escolas e postos de saúde.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Izalci, maioria da população é contra liberação das drogas

Izalci Lucas (PSDB-DF) registrou sua participação na Marcha das Famílias contra as Drogas, que reuniu representantes da sociedade, de movimentos religiosos, de entidades antidrogas e políticos no último domingo.

Segundo o senador, o evento, inédito no país, ocorreu em vários estados e no Distrito Federal, tendo como objetivo transmitir aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a posição da sociedade em relação ao tema, demonstrando a eles que a maioria é contrária à liberação das drogas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

CPI das Fake News ouve hoje jornalista Allan dos Santos, do blog Terça Livre

A CPI Mista das Fake News deve ouvir hoje o jornalista Allan dos Santos, um dos fundadores do blog Terça Livre.

O requerimento para a oitiva do jornalista foi apresentado pelo deputado Rui Falcão (PT-SP). De acordo com o deputado, o blog Terça Livre é um dos mais conhecidos propagadores de fake news na internet.

“A atuação dos redatores

de conteúdo dessa página na internet foi questionada desde a sua fundação, em 2014, por conta de inúmeras notícias falsas veiculadas por essa página. Também ficou conhecido por atuar durante a campanha eleitoral de 2018, próximo ao então candidato Bolsonaro e seus filhos”, afirma Rui Falcão no requerimento de convocação.

Senado debate hoje formas de aliar sustentabilidade e desenvolvimento

O Senado promove hoje o Seminário Grande Impulso para a Sustentabilidade no Brasil, a partir das 8h30, no Auditório Petrônio Portella. Sugerido pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), o debate vai subsidiar propostas legislativas que ajudem o país a caminhar para o desenvolvimento sustentável. Entre os temas em discussão, estão 17 Objetivos do Desenvolvi-

mento Sustentável, reformas estruturais para o crescimento verde e sustentabilidade como modelo de negócios. Vão participar do evento representantes sindicais, empresariais e da sociedade civil, cientistas, juristas, ambientalistas, intelectuais e ativistas.

O seminário é o primeiro evento da Subcomissão Temporária do Grande Impulso para a Sustentabilidade.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CMA Sustentabilidade**
9h Seminário Grande Impulso para a Sustentabilidade no Brasil.
- CÓDIGO COMERCIAL Audiência**
9h Debate com representantes da PUC-SP, da USP, da CNI e da OAB.
- CAE Recursos para convênios**
10h Entre 18 itens, o PLS 466/2015, que impede o contingenciamento de recursos para as parcerias e convênios.
- CE Jiu-jítsu no ensino fundamental**
10h Pauta de 23 itens. Às 14h30, audiência para discutir o PL 4.478/2019, que inclui o jiu-jítsu no currículo do ensino fundamental.
- CMO Obras irregulares na LOA 2020**
10h Audiência para tratar das obras e serviços com indícios de irregularidades graves constantes da Lei Orçamentária Anual de 2020. Às 14h30, pauta de 3 itens.
- CTFC Criptoativos**
10h Audiência para discutir a regulação de ativos virtuais protegidos por criptografia.
- BRASIL-PANAMÁ Instalação**
11h Instalação e eleição.
- CPMI FAKE NEWS Depoimento**
13h Allan dos Santos, do blog Terça Livre.
- CCJ Conselho Nacional de Justiça**
14h Sabatinas de Tânia Reckziegel e Flávia Pessoa, indicadas para o CNJ.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta o PLS 658/2015, que dificulta a prescrição de penas.
- CASPCD/CASDRAR Glicogenoses**
14h30 Audiência conjunta para debater doenças do armazenamento de glicogênio.
- MP 889/2019 Saque do FGTS**
14h30 Análise do relatório.
- MP 892/2019 Papéis de S.A. via web**
14h30 Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)

Alteração das regras para prescrição de crimes está na pauta do Plenário

Projeto, do senador Alvaro Dias, é semelhante ao encaminhado ao Senado na semana passada pelo presidente do STF, Dias Toffoli

PROJETO QUE ALTERA o Código Penal para dificultar a prescrição de penas está na pauta do Plenário de hoje. Do senador Alvaro Dias (Podemos-PR), o PLS 658/2015 deve passar por discussão em turno único. A prescrição acontece quando o Estado já não pode condenar o réu, porque o processo não foi concluído a tempo. O texto é similar ao encaminhado na semana passada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, em forma de ofício, lido em Plenário pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Na ocasião, Alvaro observou que já tramitava na Casa o projeto de sua autoria com objetivo de evitar a impunidade, modificando regras relacionadas à prescrição.

A proposta de Alvaro modifica dois artigos do Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940). Pelo texto em vigor, a prescrição começa a correr a partir do dia em que transita em julgado a sentença condenatória (quando não há mais possibilidade de recursos) ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional. O senador quer que o prazo se inicie exclusivamente a partir do dia em que a condenação tran-



Uma das mudanças de Alvaro diz respeito ao prazo do início da prescrição

sita em julgado, eliminando o inciso que distingue o prazo para prescrição da acusação (pelo Ministério Público) e da defesa do réu.

“Nos moldes da lei em vigor, se um juiz de primeiro grau condena o acusado a uma determinada pena e o Ministério Público concorda com a pena, não recorrendo, ocorre o trânsito em julgado para a acusação. Mas, se o réu recorre, o trânsito em julgado não alcança a defesa. A partir daí, só haverá o trânsito em julgado definitivo quando sobrevier decisão acerca do último recurso da defesa. Pelo teor do artigo 112, inciso I, ora vigente, nessa situação, o Estado não pode executar a pena. É um incentivo para a defesa continuar a recorrer”, argumenta o senador ao justi-

ficar o projeto, lembrando que, com o entendimento do STF de que a execução deve aguardar o trânsito em julgado, a defesa recorre infinitamente.

Outra mudança recomendada pelo projeto determina que a prescrição passe a ser interrompida a partir do oferecimento da denúncia ou queixa. Além disso, estabelece que a interrupção da prescrição deixa de valer se a denúncia ou queixa for rejeitada por decisão definitiva. Relator do projeto, o ex-senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apoiou as mudanças sugeridas.

Visão monocular

Também foi incluído na pauta do Plenário, em regime de urgência, substitutivo do senador Flávio Arns (Rede-PR)

a projeto que classifica a visão monocular como deficiência visual e assegura à pessoa que enxerga com apenas um olho os mesmos direitos e benefícios garantidos às pessoas com deficiência. O PL 1.615/2019, dos senadores Rogério Carvalho (PT-SE), Rose de Freitas (Podemos-ES), Wellington Fagundes (PL-MT) e Otto Alencar (PSD-BA), determina também a implantação de prótese aos portadores de visão monocular.

Na justificativa do projeto, os autores observam que indivíduos com visão monocular, além de terem problemas na definição de profundidade, apresentam redução de cerca de 25% no campo visual.

O substitutivo do senador Flávio Arns (Rede-PR) acrescenta que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) proíbe o exercício de atividade remunerada de condução de veículos automotores para portadores de visão monocular.

Arns retirou a sugestão contida no texto original de denominação da futura norma como Lei Amália Barros, jornalista e militante dos direitos de deficientes monoculares. Segundo ele, essa alteração foi necessária para atender ao princípio da impessoalidade da administração pública.

Jair Bolsonaro entrega hoje propostas para economia

O presidente Jair Bolsonaro deve entregar hoje ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pacote de propostas elaboradas pela equipe econômica do governo. Também participam da entrega os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O ato está marcado para as 11h, no gabinete da Presidência do Senado.

São esperadas três PECs. O teor das propostas será detalhado em coletiva após a entrega.

O líder do governo no Senado, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), explicou que uma das propostas altera a chamada regra de ouro, instrumento que proíbe o endividamento público pela União para pagar despesas correntes. Uma espécie de regra de ouro também deve ser definida para os estados numa segunda PEC, que objetiva criar uma cultura de responsabilidade fiscal. Já a terceira PEC deve propor ampla revisão dos fundos constitucionais e infra-constitucionais.

Apresentação de projeto sobre aposentadoria especial é adiada

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) adiou a apresentação do projeto de lei complementar que vai regulamentar a aposentadoria por periculosidade. A expectativa era que o texto fosse apresentado ontem, mas o senador disse que pretende analisá-lo com calma. O projeto tem o objetivo de regulamentar as hipóteses de aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos e atividades perigosas.

— É preciso regulamentar de uma vez por todas as atividades de risco. Os trabalhadores precisam saber quais são os seus direitos — afirmou Braga.

O projeto faz parte de um acordo costurado pelo líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), para garantir a aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019) em segundo turno. Eduardo Braga recebeu o texto do governo na quarta-feira. O senador Esperidião Amin (PP-SC) deve ser o relator.

Durante a votação em segundo turno, a oposição foi contra as regras que excluem da Constituição a possibilidade de aposentadoria especial para trabalhadores com potencial risco de vida, como vigilantes, eletricitários e mineiros. A PEC permite aposentadoria especial apenas para trabalhador com deficiência ou que atue exposto a agentes químicos, físicos e biológicos.

O projeto será assinado por Braga para que a tramitação comece no Senado, onde foi firmado o acordo sobre a regulamentação das aposentadorias por periculosidade. Se o Executivo enviasse um projeto de sua autoria, o texto teria de ir primeiro para a Câmara dos Deputados. Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a PEC da Reforma da Previdência deve ser promulgada ainda neste mês. O acordo prevê também que o Congresso só promulgue a PEC após aprovação do projeto que será apresentado por Braga.

PEC Paralela pode gerar insegurança, conclui debate

Novas alterações no sistema previdenciário por meio da Proposta de Emenda à Constituição 133/2019 (PEC Paralela da Previdência) podem gerar insegurança jurídica, disseram ontem participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O debate foi coordenado pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

O diretor do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade (PB), Milton Moreira, disse que haverá uma “avalanche” de ações de inconstitucionalidade

no Supremo Tribunal Federal (STF), já que a proposição busca alterar dispositivos aprovados na reforma previdenciária (PEC 6/2019), que ainda não foi promulgada.

— Há necessidade de uma reforma e é necessário que estados e municípios entrem nela, mas de modo legal, cumprindo os trâmites — avaliou.

Outro aspecto que pode acarretar questionamentos jurídicos, disse o presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita

Federal do Brasil (Anfip), Décio Bruno Lopes, é a vinculação dos municípios caso o estado decida por aderir às regras previdenciárias da União. Para ele, os estados não têm a competência de intervir na Previdência dos municípios.

Debatedores também defenderam a aprovação do projeto de lei complementar que regulamenta a aposentadoria especial por periculosidade para trabalhadores expostos a agentes nocivos. O projeto foi apresentado pelo governo e está em análise no Congresso.

Texto retoma tributação sobre lucros e dividendos

A volta da tributação sobre lucros e dividendos, extinta em 1995, está em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O Projeto de Lei 2.015/2019 institui a cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos por pessoas jurídicas a sócios ou acionistas. O projeto, do senador Otto Alencar (PSD-BA), elimina a atual isenção e estabelece o percentual de 15% de Impos-

to de Renda, descontado na fonte. Assim, os resultados financeiros pagos, remetidos ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a outras pessoas jurídicas ou físicas, residentes no Brasil ou no exterior, terão a cobrança do imposto.

A isenção está prevista na Lei 9.249, de 1995. A ideia de Otto é retomar a cobrança que vigorou desde a criação

do imposto, em 1926, até a interrupção. O texto deixa a tributação mais dura para quem tem domicílio em países com tributação favorecida e para quem é beneficiário de regime fiscal privilegiado (os popularmente conhecidos paraísos fiscais): nestes casos, a alíquota cobrada será de 25%.

O relator, Jorge Kajuru (Cidadania-GO), é a favor da aprovação com emendas. A análise da comissão é terminativa,

Future-se compromete autonomia, aponta debate

Para representantes de entidades ligadas ao ensino superior, o programa do Ministério da Educação foi elaborado sem participação das instituições e fere previsão constitucional de autonomia universitária

REPRESENTANTES DO SETOR de educação criticaram o Programa Future-se em debate ontem na Comissão de Educação. Segundo os especialistas, a iniciativa do governo, que busca atrair recursos para universidades e institutos federais de educação, compromete a previsão constitucional de autonomia universitária.

— A universidade pública brasileira é a instituição que mais faz pesquisa nesse país, 60% de toda a ciência que se produz no Brasil advém de 15 universidades. A colaboração com as empresas não representa novidade para as universidades. As ações do Future-se já são parte daquilo que elas fazem. O programa tem leitura muito aquém daquilo que nós já fazemos, foi elaborado sem a participação das universidades. Precisamos de uma instância de diálogo — afirmou o conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Carlos Alexandre Netto.

Da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, Nelson Amaral disse

que a exigência de contrato de desempenho contraria a Constituição, que dispõe sobre a autonomia universitária.

Amaral ressaltou que a luta pela autonomia não impede que as universidades participem de processo de captação de fontes adicionais, a partir de diversos fundos já existentes. Ele destacou ainda que a proposta de desvinculação do dinheiro da educação, em discussão no governo, representa o fim do Fundeb, sobretudo no que se refere à educação básica.

Consulta pública

O diretor de Desenvolvimento da Rede Federal da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Tomás Sant'Ana, garantiu que o Future-se não retira a autonomia das universidades. Ele explicou que o programa passou por um processo de consulta pública, finalizado em agosto, que resultou na análise de mais de 40 mil tópicos, a partir de 2.700 sugestões de especialistas.

Entre as alterações, Sant'Ana citou que a participação no

programa não mais se dará por adesão, mas por contrato de desempenho. Ele mencionou também a inclusão de fundações de apoio e de organizações sociais na gestão do programa.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) apontou o “desmonte de conquistas e direitos no país”.

— Estamos com capacidade reduzida de mobilização. A gente está entregando fácil o país para os interesses estrangeiros. O que estão fazendo com as universidades é um crime de lesa-pátria — afirmou.

Proponente da audiência pública, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) disse que a preocupação tem sido com “o foco do programa parecer ser eminentemente financeiro, com a intenção de incluir gradualmente a cobrança ou a extinção da educação pública de qualidade e a acessibilidade que temos hoje nas universidades federais e estaduais”.

Para Jean Paul, a versão definitiva do Future-se deveria ser apresentada em um debate amplo com lideranças representativas da sociedade e das universidades.

Colegiado debate se jiu-jítsu deve fazer parte de currículo

A Comissão de Educação (CE) debate hoje, a partir das 14h30, se o ensino da arte marcial jiu-jítsu deve integrar o currículo das nove séries do ensino fundamental, como uma disciplina opcional aos estudantes. A iniciativa para a audiência pública parte do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), autor do PL 4.478/2019, que inclui a prática do jiu-jítsu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 1996).

Quando o requerimento de Rodrigues foi debatido, no mês passado, o senador citou que diversas escolas em Roraima adotam há alguns anos o jiu-jítsu como uma disciplina opcional. Ele garante que a prática do esporte “tem melhorado o desempenho e o estado psicológico dos estudantes nas escolas que implantaram essa medida”.

Ainda durante a discussão do requerimento, o senador disse ser um entusiasta do esporte.

— O jiu-jítsu pode oferecer uma contribuição significativa à formação dos estudantes, pois traz benefícios à saúde física e ao equilíbrio mental. Aumenta a capacidade de concentração e a autoconfiança, estimula a disciplina e o respeito. No plano físico, melhora a coordenação motora e o controle muscular, aperfeiçoa reflexos e estimula a capacidade cardiovascular e respiratória, entre outras vantagens. A todos esses benefícios, soma-se o fortalecimento dos vínculos de amizade e do espírito de equipe — disse na ocasião.

A proposta já recebeu mais de 3 mil manifestações no Portal e-Cidadania, a maioria favoráveis.

Texto isenta estudante carente de taxa para emitir passaporte

A Comissão de Educação e Cultura (CE) pode analisar na reunião de hoje, às 10h, uma proposta que isenta do pagamento da taxa de emissão de passaporte os estudantes carentes que forem estudar, pesquisar ou participar de algum curso de extensão fora do Brasil.

De Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), o Projeto de Lei (PL) 861/2019 liberava todos os estudantes do pagamento de taxas pela emissão de passaportes e de todos os demais documentos necessários à viagem. Segundo o autor, o objetivo era reduzir os custos de saída do país para os

estudantes que quisessem aprimorar seus conhecimentos no exterior. “Sabe-se que o custo da emissão do passaporte brasileiro é um dos mais altos do mundo”, lembra o senador. Hoje a taxa é de R\$ 257,25.

O relator, Styvenson Valentim (Podemos-RN), recomendou a aprovação e defendeu a tese de que o poder público deve criar ações que favoreçam vivências acadêmicas internacionais aos estudantes. No entanto, Styvenson apresentou emenda para que apenas estudantes comprovadamente carentes tenham o direito ao benefício.



Representante do MEC, Tomás Sant'Ana fala em audiência pública presidida por Jean Paul Prates (3º à dir.)

Rogério lamenta clima de desilusão e desamparo

Rogério Carvalho (PT-SE) afirmou em Plenário que a população vive um clima de desilusão e de desamparo. O senador apontou crises em várias frentes, em especial a do meio ambiente.

— A Amazônia queimou, este ano, uma área maior do que o estado de Sergipe inteiro. Eu fico imaginando o meu pequeno estado em chamas e, além do meu pequeno estado, um pedaço da Bahia e de Alagoas em chamas, porque foram quase 30 mil quilômetros quadrados queimados neste ano de 2019.



Waldemir Borreto/Agência Senado

País está vivendo retrocesso, afirma Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) destacou ontem o processo do capitalismo internacional

baseado, principalmente, na força do capital financeiro, que, segundo ele, tem vivido o mundo. Para o senador, as consequências desse processo têm trazido grandes prejuízos aos Estados Nacionais. Ele classificou como retrocesso os cortes em educação, projetos sociais, ciência e tecnologia, entre outros. Segundo o senador, os governos autoritários são usados para impor esse projeto à sociedade.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Comissão de MP sobre balanço em jornal vota relatório

O relatório da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) sobre a medida provisória que dispensa a publicação de balanços de grandes empresas nos jornais impressos pode ser votado hoje, às 14h30.

A MP 892/2019 altera a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 1976) para permitir que empresas de sociedades anônimas abertas ou fechadas divulguem seus documentos de publicação obrigatória apenas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da própria empresa e da bolsa de valores onde suas ações são negociadas. A MP recebeu 39 emendas de deputados e senadores.

A MP desobriga as empresas de pagar pela divulgação dos balanços, dos relatórios da

administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos e pareceres dos auditores independentes e do conselho fiscal. Até então, a lei previa a publicação obrigatória dos documentos no órgão oficial da União ou do estado e em jornal de grande circulação da localidade em que está situada a sede da companhia. A MP reduz custo para as empresas, mas causa perdas aos jornais, que deixam de vender o espaço em suas páginas.

Em uma das emendas à MP, o deputado Aliel Machado (PSB-PR) alega que a divulgação perde transparência ao deixar de ser publicada em jornais. Para ele, a medida é retaliação à imprensa.

Por outro lado, num relatório sobre a MP, a consultoria do

Senado avaliou que, como o objetivo da medida é levar as publicações dos meios impressos para os eletrônicos, é possível que haja economia para a União.

De acordo com a MP, as publicações contarão com a certificação digital da autenticidade dos documentos por meio de autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). As publicações eletrônicas não serão cobradas e caberá à CVM regulamentar a aplicação da lei.

Da comissão mista, a medida seguirá para votação no Plenário da Câmara e depois no do Senado. Com prazo já prorrogado no Congresso, a previsão é que a tramitação seja concluída até 3 de dezembro.